

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na bacia hidrográfica do Lis, a atividade pecuária está fortemente presente, exercendo elevada pressão ambiental devido à enorme carga poluente que a produção de efluentes representa e que, com grande frequência, são ilegalmente descarregados para as linhas de água. Trata-se de fezes, urina, restos de alimentação animal, resíduos resultantes da lavagem e limpeza de infraestruturas e, por vezes, até de animais mortos.

Segundo o INE, em 2011, o setor primário representava menos de 3% da população ativa dos concelhos abrangidos pela bacia hidrográfica do Lis. Entre estes 3%, apenas uma pequena parte se dedicará à atividade da suinicultura. Assim, a maioria da população está a ser fortemente afetada por uma atividade económica desregulada que lhe é diretamente estranha.

Entre os concelhos abrangidos pela bacia hidrográfica do Lis, em 2007, contavam-se 8.858 explorações de suinicultura, com um efetivo animal de 256.228 cabeças (fonte: ENEAPEI, 2007). Salienta-se que 63% da produção de suínos se localizava no concelho de Leiria, com destaque para as freguesias de Milagres, Marrazes, Boavista, Bidoeira de Cima e Colmeias.

Em Leiria, são produzidos cerca de 2.500 m³/dia de efluentes que acabam maioritariamente despejados nas linhas de água. Aparentemente, os serviços de fiscalização, nomeadamente o SEPNA/GNR, são insuficientes, não tendo capacidade de resposta para as muitas queixas apresentadas. Abundam ainda os relatos sobre suiniculturas com condutas subterrâneas difíceis de detetar e com recintos vedados à atividade inspetiva.

Para além de uma enorme indignação geral, há também agricultores que se queixam de descargas abusivas afetando as suas culturas nos campos do Lis. O Bloco de Esquerda, há vários anos que recebe testemunhos e relatos de denúncia às autoridades destas práticas predadoras do ambiente, promovidas por suinicultores e até pela empresa de recolha e tratamento de resíduos, a Ambilis S.A.

No momento, existe apenas uma estação de tratamento a funcionar, a ETAR Norte, que trata

uma média de 84m³/dia de resíduos. Uma ETAR, que era previsto poder tratar 700m³, mas que, devido à sua estrutura inadequada, não consegue tratar os resíduos que recebe e tem uma capacidade máxima de apenas 270m³/dia.

Prevê-se para futuro a construção de uma ETES (Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas), com uma capacidade de 900m³/dia. Esta, já esteve projetada para 1.500m³, inclusivamente já foram atribuídos, no passado, apoios comunitários de alguns milhões de euros (segundo uns, cerca de 18 M€, segundo outros, uma verba superior), dos quais nunca se soube o paradeiro, mas a verdade é que essa ETES nunca saiu do papel.

Mas, se tal vier a concretizar-se, o conjunto das duas estações de tratamento terá capacidade máxima para 1.170m³. Sabendo-se, por um lado, que nenhuma estação trabalha permanentemente na sua capacidade máxima e, por outro, que o volume de resíduos é crescente, é incompreensível que não esteja a ser desenhada, agora, uma solução com capacidade de resposta à real dimensão do problema.

Toda esta situação configura também um incumprimento da Diretiva-Quadro da Água, que obriga à proteção de todo o tipo de águas. Trata-se não só de uma situação danosa para o ambiente e os recursos naturais, mas também para a saúde pública, poluindo os lençóis freáticos, as margens do rio e a Praia da Vieira, onde inúmeros cidadãos se banham diariamente nas águas do Lis.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento do conjunto de situações descritas?
2. Que medidas vão ser implementadas para reforçar a capacidade inspetiva às suiniculturas poluentes e para resposta às denúncias dos cidadãos?
3. Dado que, atualmente, não há capacidade de tratamento para o volume de resíduos produzidos e que o projeto anunciado está longe de ser uma resposta satisfatória, de que forma pretende o Governo solucionar o problema para o qual não se prevê capacidade de tratamento instalada?
4. Que medidas pretende implementar o Governo para responder às exigências da Diretiva-Quadro da Água e proteger os recursos naturais e a saúde pública na região?
5. Sabendo-se que, no passado, foram atribuídos fundos comunitários para apoiar a resolução deste problema e que não se sentiram, nem viram, efeitos da sua aplicação, pretende o Governo mandar averiguar a boa utilização desses fundos públicos na atividade do setor suinícola?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 1 de Agosto de 2016

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

PEDRO SOARES(BE)